

LEITURA E INTERPRETAÇÃO: ENTRE O DICIONÁRIO E O TEXTO

*Edna Maria F. S. Nascimento**

Resumo: *Entendendo leitura não como um ato mecânico de soletrar, mas como um ato de compreensão, o artigo repensa a capacidade inata de interpretação que todo falante de uma língua natural desenvolve, relacionando-a com os conceitos dos termos "dicionário" e "texto".*

Palavras-chave: *leitura, interpretação, competência metalingüística, dicionário, texto*

"Em situação de poço, a água equivale a uma palavra em situação dicionária: isolada, estanque no poço dela mesma, e porque assim estanque, estancada; e mais: porque assim estancada, muda, e muda porque com nenhuma se comunica, porque cortou-se a sintaxe desse rio, o fio de água por que ele discorria".

(MELO NETO, J.C. 1986, p.26)

Os livros didáticos freqüentemente apresentam, na parte relativa ao estudo do texto, subdivisões como *leitura, vocabulário, glossário, o sentido das palavras, interpretação, entendimento do texto, o sentido do texto.*

Nessas subdivisões ficam implícitas as oposições *leitura / interpretação e dicionário / texto.* E explicitamente, nós professores perguntamos a nossos alunos: *Você leu e entendeu? Você entendeu o que leu?*

Portanto, ler não é interpretar. Nesse sentido, apesar de os dicionários registrarem "ler" significando "decifrar e interpretar o sentido de", quando o professor

* FCL - UNESP.

faz essa pergunta ao seu aluno, ele está usando outro sentido para ler, também abonado no dicionário, isto é, “ler” significando “pronunciar em voz alta, recitar o que está escrito”, ou papaguear, ler o significante, não interpretando o significado.

Segundo uma notícia do *Jornal da Tarde*, de 9 set. 1995, que utiliza dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 20 % de brasileiros maiores de 15 anos são analfabetos. Esse número, acreditamos, pode aumentar muito, se verificarmos o conceito de analfabeto utilizado pelo IBGE, “é aquele que não sabe ler ou escrever um bilhete simples”. Nesse conceito, é bem provável que ler seja equivalente a “soletrar” e não a “interpretar”. Então, o número de analfabetos aumentaria.

Para entendermos porque leitura não deveria ser um ato de *soletrar*, um ato *mecânico*, mas um ato de *interpretação*, portanto, de *compreensão*, gostaríamos de repensar a capacidade inata que todo falante de uma língua natural tem de interpretar, relacionando-a com os conceitos dos termos “dicionário” e “texto”.

Rey-Debove (1970: 8) postula que todo falante desenvolve uma competência metalingüística ou a capacidade de explicar o que entende quando está usando um termo.

Jakobson, em diferentes artigos, ressalta que a função metalingüística e funciona desfazendo as confusões da linguagem, ou seja, verificando se a mensagem foi compreendida. O uso que o falante faz da língua impõe uma operação da própria língua como controladora do signo: impõe uma segunda linguagem que explique, retifique e glose a própria língua. A linguagem tem como função básica a comunicação, assim, a metalingüagem tem como função básica o seu controle: verificar se os interlocutores estão usando o mesmo código. Para essa verificação do código, o falante tem obrigatoriamente de saber traduzir. Assim, falar uma língua é também saber traduzir. Quando um dos interlocutores desconhece o significado de uma mensagem, é necessário traduzir a mensagem com outros signos. É essa operação de tradução que permite ao falante revisar e redefinir o vocabulário empregado; portanto, toda e qualquer tradução de sentido é um exercício metalingüístico. Tanto para o falante comum, que nunca se preocupou explicitamente com a língua, como também para o estudioso de língua, o sentido da palavra é a sua tradução por outro signo que pode substituí-la. A interpretação de uma palavra é ilimitada: todo signo pode ser traduzido por outro signo, que por sua vez pode ser traduzido por outro e assim por diante. Se o falante no momento não encontrar, ou não souber, o termo equivalente para uma tradução, ele pode lançar mão de um dêitico para interpretar o signo, por exemplo: “casa é isso”. Esse dêitico, muito freqüentemente, vem acompanhado de uma tradu-

ção intersemiótica. Nesse caso, a interpretação é elaborada usando-se outras linguagens, por exemplo, uma gravura ou a indicação do próprio objeto “casa”.

Além da tradução intersemiótica, Jakobson (1969) reconhece as traduções intralingual, interpretação do signo lingüístico por outro signo lingüístico da mesma língua, e interlingual, interpretação do signo lingüístico por signos de outras línguas. Para efetuar traduções, o falante se vale de seu saber sobre o código – ou códigos, se ele conhecer outros –, isto é, de elementos ausentes da mensagem, mas equivalentes no eixo paradigmático. Para Jakobson, conhecer as regras de outros códigos e fazer tradução interlingual ou em outras semióticas é facultativo para o falante, mas é obrigatório para ele o conhecimento das regras do seu código e o saber fazer tradução intralingual. É a tradução intralingual que possibilita a aprendizagem da língua materna e de qualquer língua estrangeira. Seria impossível aprender qualquer língua sem se precisar o código novo. A competência metalingüística é parte integrante de nossas atividades lingüísticas habituais, seja na aquisição da língua materna ou de qualquer língua. O não desenvolvimento ou perda da capacidade de traduzir significados é responsável pela afasia, ou seja, a capacidade de estabelecer equivalências de sentido.

Essas equivalências de sentido não ocorrem em um vazio, mas dentro de um todo organizado, que é o texto. Texto aqui entendido reiterativamente como tecido, oral ou escrito, do cotidiano ou literário que, portanto, tem coerência e que ao se construir deixa marcas de quem o construiu, como construiu, onde construiu e, ao mesmo tempo, para quem ele foi construído e como ele quer ser lido. Em outras palavras, para ser um tecido, o texto precisa trabalhar estratégias que construam referencializações, isto é, mecanismos que criem o efeito de realidade daquilo que o texto se propõe a falar, ou seja, a ilusão do referencial. Nesse sentido, cada texto é único, porque cria o seu próprio referencial.

Se cada texto é único, como interpretá-lo? Ou ainda como ensinar a interpretá-lo? Por que interpretação está sempre relacionada a dicionário?

Se lembrarmos que o objetivo do lexicógrafo é descrever nos verbetes do dicionário o que entendem os usuários de uma língua quando utilizam uma palavra, verificaremos que a sua tarefa é também uma interpretação. Mas em que se diferencia a interpretação do dicionário e a do falante de uma língua?

O léxico de uma língua contém um grande número de vocábulos e as suas acepções podem ser multiplicadas se considerarmos as combinações discursivas. Calçado no modelo da lógica aristotélica, e aqui estamos voltando ao século IV

a.C., o lexicógrafo visa a chegar às matrizes que descrevam o significado da palavra, ou seja, invariantes de conteúdo que são definições-tipo a partir de definições-ocorrência. Ao lexicógrafo cabe a tarefa de elaborar um dicionário de língua, que tenha por objetivo definir palavras diferentemente da lógica aristotélica, que visava a definir o ser. A definição de palavra não se encontra na natureza, resulta da intervenção do pensamento que se expressa pela língua. A intervenção do pensamento categoriza, segundo uma visão cultural, o que o ser humano percebe. O signo é resultado de uma atividade intelectual. Como todos sabemos, é uma representação, não é a coisa, mas passa a valer por ela. O signo é gerado por um acordo fiduciário que uma comunidade lingüística faz para representar uma coisa. O signo nada tem a ver, portanto, com a realidade que ele nomeia, como comprovam as diferenças entre as línguas para denominar o mesmo referente.

O que busca o lexicógrafo é diferenciar, em relação ao conteúdo, um signo de outro signo para alcançar as diferentes acepções que uma palavra tem na língua. O lexicógrafo constrói definições lexicográficas a partir do modelo aristotélico. A dificuldade do lexicógrafo, nos parece, advém desse recorte que cada cultura, cada língua, faz do universo. O modelo da lógica aristotélica pretendia chegar a categorias que pudessem descrever como universais, o modelo que o lexicógrafo pretende tem de dar conta de universos culturais.

A dificuldade do lexicógrafo de dar conta de todas as acepções de uma unidade léxica faz com que, na prática, haja uma mescla nos dicionários de dados enciclopédicos que, visando a descrição de "coisas", lançam mão freqüentemente de ilustrações.

O que o lexicógrafo tenta construir são invariantes de significado, os sememas em estado de língua, que permitam ao usuário reconhecer as várias acepções que são atualizadas nas diferentes situações concretas de uso da língua. O que dicionário visa é uma coleção de possíveis traduções, que são regras incompletas de seleção. O verbete do dicionário define os vocábulos com definições-tipo ideais, com sememas invariantes, virtuais, em estado de língua. Por serem atemporais, não se referem a um ator, espaço ou tempo determinados. Na elaboração de uma definição-tipo, as marcas pessoais do texto são apagadas. O resultado desse trabalho são traduções intralinguais que já fazem parte de um saber armazenado por uma cultura, ou seja, próprias de uma língua.

O usuário não recebe, portanto, uma informação completa e exata sobre o conteúdo de uma unidade léxica, mas uma informação que contém elementos que

lhe são úteis para a decodificação de um enunciado. O contexto e a situação de comunicação completarão o significado em "estado" de "dicionário", transformando-o em sentido discursivo.

Essa definição do dicionário recebe novos predicados em uma determinada situação de uso, constituindo-se em paráfrases, ou seja, definições-ocorrência em que estão presentes as marcas da produção do texto. O sujeito produtor de um texto preenche os espaços vazios das dêixis de pessoa, tempo e espaço da invariante definicional do dicionário, transformando no seu texto, um saber comum em um saber único e irrepitível. A tarefa daquele que lê pressupõe uma escolha dentre os diferentes significados do termo: tem que chegar ao recorte que o texto construiu. Elaborar esse recorte significa interpretar, no microuniverso criado, o texto, o sentido de um termo. Por isso, é difícil ler e interpretar.

A palavra em estado de dicionário é fria, não está terminada, a combinação com outras no discurso é que lhe dá configuração. Chegar à interpretação dessa trama das palavras é acompanhar o nascimento do sentido, é determinar a formação de um sentido ou mesmo de novos sentidos, é tentar descrever um saber gerado naquele texto. O texto é, então, o instrumento veiculador de algo que é fundado por ele. Independente de *sobre o que* se fala, é no *como* se fala que se funda o texto. Assim, o objeto daquele que interpreta um texto não é a descrição da representação extradiscursiva, mas a descrição da construção de uma representação no texto.

O que o sujeito produtor do texto faz é não apenas decodificar palavras, escolher um significado do dicionário, mas parafrasear o significado para construir o sentido do texto. Sob esse ponto de vista, somente o saber do código que é extradiscursivo não basta para construir/interpretar textos, é necessário conhecer os mecanismos textuais que engendram novos sentidos.

Os conceitos de código, vocabulário e decodificação que encontramos nos exercícios de Estudo do Texto, dos livros didáticos, pressupõem uma fixidez na linguagem, que é então considerada como um produto. A dinâmica do texto e a atividade produtora que o sujeito produtor exerce sobre a língua, para tomá-la como sua, ao contrário, tem como pressuposto a linguagem em processo. Nessa passagem da língua para o texto, há uma transformação do sentido, uma transcodificação, e não decodificação do significado em estado lexicográfico. Se o falante não desenvolvesse a capacidade de tradução intralingual ele falaria como um dicionário, não produziria textos, apenas os repetiria.

A palavra isolada é uma abstração. Ela adquire sentido na relação com outras palavras. E mais, os enunciados só adquirem sentido dentro de uma cultura, ou dentro dos diferentes discursos de uma comunidade lingüística. Na década de 50, tentou-se introduzir um programa de tradução interlingual russo-ínglês por meio de uma “máquina inteligente”. Foi elaborado um programa com um vocabulário copioso e com a inserção da gramática de cada língua na máquina, além de fornecer a ela certos idiotismos de ambas as línguas. Mas a imensidade da tarefa ficou logo patente, desde que uma frase como *out of sight, out of mind* (longe dos olhos, longe do coração) foi traduzida por *blind and insane* (cego e louco). A máquina lida mal com metáforas. Cada cultura tem o seu saber lingüístico. Às vezes, o saber do dicionário e das estruturas não bastam.

As cenas do cotidiano, em que a cena enunciativa é convocada para que o sentido se faça, exemplo de que o dicionário não basta. Recentemente, são no *Jornal da Tarde*, de 7 set. 1996 uma notícia, intitulada “Problemas de um tradutor de telenovelas” narra as peripécias de uma equipe de tradutores de novelas brasileiras para a língua russa. Em uma cena de “Mulheres de areia”, traduzida para o russo como “Segredos da Tropicana”, duas mulheres conversam. De repente, uma diz: “Meu querido, vem cá”. Os tradutores russos estranharam porque o diálogo era entre duas mulheres e gramaticalmente querido é uma palavra masculina, usada geralmente no tratamento com pessoas. Pânico na equipe, dias de discussões, o enunciado tinha dado um nó na cabeça dos tradutores russos. Novas pesquisas nos dicionários e novas análises das cenas, as que vinham antes e depois. A quem se referia o enunciado “Meu querido vem cá”?, intrigavam os russos, formados pelo Instituto de Línguas “Maurice Terorez”, de Moscou. Só muito depois, perceberam que a personagem se referia ao cachorro que acabara de entrar na sala. Esse tratamento carinhoso que os brasileiros dão aos animais, tratando-os com expressões normalmente reservadas aos humanos, confundiu os russos.

O saber do dicionário não pode prever todos os textos em que a palavra é usada, nem todas combinações possíveis que construirão novos sentidos.

No livro *Através do espelho e o que Alice encontrou lá* (1977: 196) o monstro ovóide Humpty Dumpty está explicando à Alice que é melhor comemorar a data do não-aniversário que do aniversário. É o óbvio, se o aniversário é um único dia, não-aniversário são 364 dias, portanto, há possibilidade de se ganhar 364 presentes. Para o monstrinho ovóide esse raciocínio é a glória. Alice não entendendo o sentido do termo “glória”, pergunta, estabelecendo o seguinte diálogo entre os dois:

“E só um para presentes de aniversário, como vê: Eis a glória para você.

Não sei bem o que o senhor entende por ‘glória’, disse Alice.

Humpty Dumpty sorriu com desdém. – Claro que você não sabe, até eu lhe dizer. O que quero dizer é: ‘eis aí um argumento arrasador para você.’

– Mas ‘glória’ não não significa ‘um argumento arrasador’ objetou Alice.

– Quando uso uma palavra, disse Humpty Dumpty em tom escarinhoso, ela significa exatamente aquilo que eu quero que signifique... nem mais nem menos.

– A questão, ponderou Alice, é saber se o senhor pode fazer as palavras dizerem coisas diferentes.

– A questão, ponderou Humpty Dumpty, é saber quem é que manda. É só isso.”

O que podemos observar é que o dicionário, para poder chegar a invariantes do significado, tem que definir as palavras isoladas. Na sua tarefa, o lexicógrafo não pode prever todas as combinações, todos os usos, todas as situações, nem todos valores que um termo adquire (“carro” em uma propaganda pode significar “carro, valor de uso, locomoção”, pode significarem outra “presente, status”).

Portanto, só a interpretação do dicionário, que muitas vezes aparecem nos exercícios dos livros didáticos, não basta para entendermos um texto. Todo texto constrói um novo sentido, porque redefine o significado abstrato do dicionário (“casa” = lugar para morar), quando lhe atribui novos predicados (“casa de praia” = lazer; “até que enfim comprei uma casa” = segurança).

A beleza da língua está nessa possibilidade do falante construir a casa que deseja: “casa com jabuticabeira”, que lembra infância, “casa-grande”, que lembra passado, história, opondo-se a “apartamento”, que lembra presente, modelo de casa atual.

Interpretar um texto é, então, entender os novos predicados que o sujeito produtor atribui às palavras em “estado de dicionário”. Se nossos alunos e nós mesmos não formos capazes de descobrir novos predicados, ficaremos com o significado primeiro, porque “mala sem alça é mala sem alça”.

Cada texto retoma uma infinidade de palavras, construindo novas situações para elas. Isso ocorre desde a unidade mínima da língua até a unidade máxima: que é o texto.

Quantas vezes em nossa vida pronunciamos o fonema *a*. Enquanto unidade lógica, abstrata, ele se opõe a todos os outros fonemas da língua portuguesa, então ele representa o *velho*, o *outro*; enquanto uso, em situação de uso, ele é sempre novo: cada ato de pronunciar nunca ocorre nas mesmas condições. A cada emissão do fonema *a* o aparelho fonador se prepara diferentemente, apesar de manter a regularidade nos pontos de articulação, que o caracterizam como fonema *a*.

O mesmo ocorre com a palavra, ela mantém a diferença que a torna unidade de língua, de dicionário, mas em cada texto ela adquire novos traços de significado.

É o jogo do velho e do novo, ou do “outro” e do “eu”.

No texto do cotidiano, que é pragmático, comunicacional, o velho e o outro estão presentes com maior frequência: falamos mais como *dicionário*.

O texto literário, por sua vez, é o que mais se afasta do *saber do dicionário*, construindo um texto poético.

Concluindo: a língua é uma estrutura, o *velho*, mas o sujeito produtor de um texto a coloca em funcionamento quando se apropria dela. Esse funcionamento consiste em colocar o fator tempo em unidades atemporais. Nesse sentido, o ato de ler/interpretar tem que ser entendido, a nosso ver, como um caminho de duas mãos: do dicionário, que é o *outro* na língua, e do texto, que é a instalação de um *eu*.

Bibliografia

- ARISTÓTELES. (1983) *Tópicos dos argumentos sofisticos*. São Paulo: Nova Cultural. v. 1 (Coleção Os Pensadores).
- BIDERMAN, M. T. C. (1981) “A estruturação mental do léxico”. In: *Estudos de Filologia e Lingüística: em homenagem a Isaac Nicolau Salum*. São Paulo: T. A. Queiroz/EDUSP. p.131-145.
- _____. (1987) A estruturação mental do léxico e a organização do conhecimento. *Letras de Hoje*. Porto Alegre: PUC-RS, v. 22, n.4, p.81-96, dez.
- CARROL, L. (1977) *Através do espelho e o que Alice encontrou lá*. Rio de Janeiro: Summus.
- GREIMAS, A. J. (1975) *Sobre o sentido*. Petrópolis: Vozes.
- HAENSCH, G.; WOLF, L.; ÉTTINGER, S. et al. (1982) *La lexicografía*. De la lingüística teórica a la lexicografía práctica. Madrid: Gredos.

JAKOBSON, R. (1978) “Il metalinguaggio come problema linguistico”. In: *Lo sviluppo della semiotica*. Roma: Studi Bompiano. p.85-89.

_____. (1969) *Lingüística e comunicação*. São Paulo: Cultrix/USP. p.118-162.

LOPES, E. (1978) *Discurso, texto e significação*. Uma teoria do interpretante. São Paulo: Cultrix/Secretaria da Cultura.

MELLO NETO, J. C. (1986) *Poesias completas: 1940-1965*. Rio de Janeiro: José Olympio.

NASCIMENTO, E. M. F. S. (1997) *Definição discursiva*. Memória e gênese. Araraquara: UNESP. (Tese de livre-docência).

REY-DEBOVE, J. (1978) *Le métalangage*. Étude linguistique du discours sur le langage. Paris: Le Robert.

Abstract: *Considering reading not only as the mechanical act of spelling, but also as a comprehension act, the article overlooks the innate capacity to interpret that every speaker of a natural language develops, and relates it with the concepts of “dictionary” and “text”.*

Keywords: *reading, interpretation, metalinguistic competence, dictionary, text*